

Juventude Brasileira: mobilização juvenil no Estado Novo (1940-1945)

Brazilian Youth: youthful mobilization in the Estado Novo (1940-1945)

Aline de Almeida Hoche

Mestranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo: O início do século XX foi marcado pela preocupação com a formação do jovem, diversos foram os movimentos criados, como a Juventude Hitlerista, Mocidade Portuguesa e o Escotismo, com a finalidade de abarcar a educação da juventude em diversas esferas. Em 1940, foi criada no Brasil a Juventude Brasileira, movimento nacional que tinha como objetivo atuar na educação física, cívica e moral das crianças e dos jovens, em idade escolar, de todo o país. O objetivo era formar cidadãos patriotas, que propagassem os ideais do regime estadonovista e o amor pelo Brasil, para isso, dentre as atividades da Juventude Brasileira, estavam os desfiles, que eram organizados nas ocasiões das datas nacionais.

Palavras-chave: Juventude Brasileira; Estado Novo; projeto de mobilização.

Abstract: The early twentieth century was marked by concern for the education of young people, many movements were created, like the Hitler Youth, the Portuguese Youth and Scouting, in order to encompass the education of youth in various spheres. In 1940, was created in Brazil the Brazilian Youth, national movement that has aimed at the physical, moral and civic education of children and young people of school age throughout the country. The goal was to form patriotic citizens who propagate the ideals of the Estado Novo regime and love for Brazil, for this, among the activities of Brazilian Youth were the parades, which were organized on the occasions of national dates.

Keywords: Brazilian Youth; Estado Novo; project mobilization.

Quando promulgada a Constituição de 1937, Francisco Campos, ao tecer os artigos que abordavam a questão educacional, explicitou a importância da educação física e cívica e dos trabalhos manuais, tanto que as tornou obrigatórias “em todas as escolas primárias, normais e secundárias” (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937, art. 131).

Em artigo posterior, o ministro da Justiça registrou a pretensão de organizar a juventude brasileira em instituições que promovessem “a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (Idem, art. 132), entregando ao Estado a função de criar organizações para esse fim, ou de auxiliar as já existentes.

Um pouco mais tarde, em discurso proferido em 19 de novembro de 1937, na ocasião do Dia da Bandeira, podemos perceber o tom que guiava as ações do ministro, o mesmo tom que utilizou para elaborar a Organização Nacional da Juventude:

A vocação da juventude em horas como esta deve ser a vocação do soldado. Seja qual for o seu nascimento, a sua fortuna, a sua inclinação, o seu trabalho, que cada um, na sua escola, no seu ofício, na sua profissão, seja um soldado, possuído do seu dever, obediente à disciplina, sóbrio e vigilante, duro para consigo mesmo, trazendo, no seu pensamento, clara e definida, a sua tarefa e, no coração, em dia e em ordem, as suas decisões. Todos somos soldados, quando o que nos pedem é a ordem, a disciplina, a decisão (CAMPOS. Apud HORTA, 1994, p. 206).

De acordo com o autor muito divulgado no tempo em que as palavras acima foram escritas, José Ortega Y Gasset, “nosso tempo se caracteriza pelo extremo predomínio do jovem”, não somente pelo “aspecto triunfante da juventude” (ORTEGA Y GASSET, p. 352) como a melhor fase da vida do homem, mas também pela importância que os jovens adquiriram para a sociedade contemporânea a partir dos anos 1890.

Foi nesse período de exaltação à juventude, que nos aponta José Ortega Y Gasset, que os movimentos de arregimentação dos jovens começaram a interessar as elites dirigentes tornando-se temas de políticas de Estado, como a Juventude Hitlerista, ou de organizações particulares, como o escotismo.

O que estava em discussão não era somente educar os jovens aos moldes dos governos que os organizavam, mas, principalmente, prepará-los para se tornarem cidadãos aptos física e moralmente, prontos para uma vida de doação à nação a que pertenciam e de contribuição à perpetuação do regime que os formara.

O Brasil fez parte desses países que olharam para a juventude com interesse e vontade de organizá-la. Muito mais do que apenas elaborar planos de reformas educacionais, os dirigentes do Estado Novo criaram um movimento que visava formar uma geração “civicamente mobilizada e consciente não apenas dos seus direitos, mas, sobretudo, de seus deveres e em condições de poderem atender ao apelo da pátria, qualquer que seja esse apelo, na hora em que o mesmo se tornar presente” (*A NOITE*, 10 mar. 1940, p. 2).

Visando implementar as diretrizes estabelecidas na Constituição de 1937, em março de 1938, Francisco Campos elaborou um plano de organização da juventude, apresentando-o ao Presidente da República. O projeto, nomeado de Organização Nacional da Juventude, teria como funções principais “assistir e educar a mocidade” e “infundir nos jovens o sentimento da disciplina e da educação militar”.¹

Extenso e minucioso, o projeto de Francisco Campos era composto também por um regulamento que tratava dos cargos e das divisões da organização, que se apresentavam hierarquicamente em falange, bandeira, companhia, legião e grupo de legiões, o que mostra o seu caráter político-miliciano e sua estrutura de viés hierarquizado.

Apresentava também uma lista considerável de departamentos responsáveis por cuidar de cada esfera que integrava o projeto da Organização Nacional da Juventude, e todas essas divisões possuíam um corpo de funcionários, a saber:

Divisão Nacional de Arregimentação e Propaganda

Divisão de Finanças

Divisão de Instrução

Divisão de Assistência Social

Divisão de Eugenia e Assistência Médica – possuindo: médicos, dentistas e enfermeiros – tendo como funções: exames sanitário

¹ O projeto da Organização Nacional da Juventude pode ser encontrado no Arquivo Capanema GC 38.08.09 CPDOC/FGV-RJ. Rolo 51. F. 766 e 770, p.1 e 8.

e biométrico, realizariam estudos nacionais ou regionais sobre as condições de vida da juventude, das famílias pobres

Divisão Nacional de Cultura Física: conduzir à prática de esportes e de exercícios físicos

Divisão Nacional de Serviço Pré-Militar (Arquivo Capanema, CGG 1938.08.09 FGV/CPDOC. Rolo 51. Foto 781 e 782, p. 18-21).

O presidente da República seria o seu líder e presidiria a Junta Suprema constituída pelos ministros da Guerra, Marinha e Educação, responsáveis por instituir os serviços de natureza pré-militar. De estrutura complexa e burocratizada, a organização contaria também com conselhos, nacional e estadual, e departamentos estaduais e municipais (Idem, fotos 767, 768 e 769).

A Organização Nacional da Juventude compreenderia as crianças e os jovens dos 8 aos 18 anos de idade, preparando-os “física, moral e espiritualmente” (Idem, foto 169, p. 7), os integrantes seriam divididos em dois grupos, aspirantes dos 8 aos 13 anos e pioneiros dos 13 aos 18 anos, e o seu ingresso seria voluntário.

Além do caráter paramilitar, a Organização visava a instrução cívica e patriótica por meio do “culto fervoroso dos símbolos e cânticos nacionais e o cumprimento mais rigoroso da disciplina da Organização e dos seus deveres na família e na sociedade, criando assim um sentimento de pertencimento e devoção à pátria nos jovens” (BOMENY, HELENA, SCHWARTZMAN, 2000, p. 141).

O objetivo principal do projeto era abarcar todas as esferas relacionadas à educação e formação das crianças e dos jovens, por isso, a Organização Nacional da Juventude cuidaria não somente do ensino cívico e moral, como também da “instrução profissional e técnica, trabalho do campo por meio de concentração periódica e comunhão com a terra, assistência social e à saúde física, educação e assistência religiosa, formação da consciência e do pensamento da juventude” (Arquivo Capanema, CGG 1938.08.09 FGV/CPDOC. Rolo 51. F. 770, p. 9).

Ao se alistarem, voluntariamente, na Organização Nacional da Juventude, os jovens deveriam preencher uma ficha cadastral que compreendia um longo e detalhado questionário sobre as características do candidato. Além das notas civis, educativas e econômicas, faziam parte também as notas antropológicas, eugênicas e ideológicas.

Nas notas antropológicas deveria ser indicado o sexo, a cor, os índices antropométricos, o tipo constitucional, as origens raciais; nas notas eugênicas o questionário tratava do estado de saúde, da idade mental, do temperamento, do índice de robustez; e na nota ideológica deveria ser declarada a religião (Idem, fotos 786, 787, p. 29-30).

Seguindo o exemplo da sociedade, que atribuía funções distintas para homens e mulheres, também a Organização Nacional da Juventude dividia as práticas dos seus integrantes pelo sexo – o documento redigido por Francisco Campos era direcionado apenas para os meninos. Para as meninas, deveria ser “estabelecida em lei especial” a sua organização, desenvolvendo, na mocidade feminina, “a capacidade física e a cultura do espírito”, preparando-a “para a sua missão na família” (Idem, foto 771, p. 11).

O projeto de Francisco Campos não foi aceito no interior do governo, mas a iniciativa do ministro da Justiça deu origem a uma discussão, que durou dois anos, sobre como seria a melhor forma de elaborar um projeto que desse conta de organizar a juventude nos moldes do regime vigente.

Os motivos que levaram o presidente da República e os outros membros do governo a vetarem a Organização Nacional da Juventude são de fundamental importância para que possamos compreender a direção que caminhou a ideologia do regime e de que maneira ela se distanciava daquela idealizada por Francisco Campos.

O general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Alzira Vargas, filha e auxiliar de gabinete do presidente da República, foram os primeiros a opinar sobre a Organização Nacional da Juventude. Seus pareceres apresentavam o mesmo tom de reprovação e as mesmas críticas sobre os principais aspectos do movimento.

Um dos motivos para a recusa da implementação do projeto de Francisco Campos era o traço burocrático que tornava o seu funcionamento complexo, além de aumentar os custos devido aos salários que teriam que ser pagos aos funcionários alocados nas diversas funções criadas.

A Organização Nacional da Juventude visava o preparo dos jovens para os serviços de guerra e de defesa do Brasil, tomando a frente do Exército na preparação do efetivo de soldados nos quadros brasileiros. Tal caráter do projeto desagradou, principalmente, o ministro da Guerra, que não concordava com a pretensão de Francisco Campos em dirigir o ensino e a vida militar dos jovens, tarefa que, para Dutra, era exclusiva das Forças Armadas.

Getúlio Vargas também nunca teve a pretensão de criar uma organização de viés militar que fizesse frente à autoridade, principalmente, do Exército. A propósito, esse fator é um dos pontos que afastam o Estado Novo dos regimes fascistas que mantinham seu partido único fortemente militarizado.

É importante compreender que a ideia de arregimentar a juventude não era recusada pelo governo. O que se pretendia era a sua adequação às necessidades e ao cenário brasileiro, e não uma importação das organizações existentes nos países europeus. Dessa forma, entre os anos de 1938 e 1940, membros do governo se envolveram na elaboração de um novo projeto.

O Ministério da Educação e Saúde e o seu ministro apresentaram-se como peças-chaves na discussão que se configurou para substituir a Organização Nacional da Juventude, pois Getúlio Vargas entregou a Gustavo Capanema a responsabilidade de elaborar um novo projeto, que seguisse as recomendações do presidente da República.

O primeiro ponto a sofrer mudança foi o nome do projeto, para o ministro da Educação “seria expressivo que na denominação da instituição estivesse marcado o seu vínculo ao Brasil”.² Entretanto, devemos explicitar, que o nome Juventude Brasileira aparece primeiramente em outro documento, o do general de divisão José Meira de Vasconcelos, comandante da 1ª Região Militar, apresentado pelo general Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas.³

Sobre o funcionamento da “patriótica iniciativa”, Gustavo Capanema considerou que a Organização Nacional da Juventude implicava em numerosas finalidades, exigindo “estatísticas e estudos, reclama publicidade, dá margem à criação de repartições e estabelecimentos. Complica-se, assim, desmesuradamente a tarefa da instituição”.⁴

Gustavo Capanema prossegue as suas críticas sem enxergar como atitude acertada a divisão do ensino entre o Ministério da Educação e Saúde e o projeto elaborado por Francisco Campos, para o ministro, a Organização “deveria ser uma instituição, não separada do Ministério da Educação e a ele paralela, mas incluída na sua

² Parecer do ministro Gustavo Capanema pesquisado no Arquivo Gustavo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. 19 de setembro de 1938. Rolo 51. Foto 815, p.2.

³ Documento pesquisado no Arquivo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. 15 de setembro de 1938. Rolo 51. Foto 811.

⁴ Parecer do ministro Gustavo Capanema pesquisado no Arquivo Gustavo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. 19 de setembro de 1938. Rolo 51. Foto 815, p.2.

estrutura, como um de seus serviços” (Arquivo Gustavo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. 19 de setembro de 1938. Rolo 51, fotos 817 e 818, p. 6 e 7).

Outra mudança implementada pelo ministro da Educação foi a extinção do que ele entendeu como o “caráter excessivamente militar” (Idem) empregado na elaboração da Organização Nacional da Juventude. Gustavo Capanema se colocou de acordo com as críticas do general Dutra e considerou que “dar a outro órgão o papel de preparar as reservas militares é enfraquecer, pela supressão da unidade de direção, a organização militar do país” (BOMENY, HELENA, SCHWARTZMAN, 2000, p. 145).

O ministro da Educação se inspirou no exemplo da Mocidade Portuguesa, que não invadia a área de atuação paramilitar da Legião Portuguesa, destinando-se apenas ao “desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar” (Idem).

A respeito do excessivo aparato burocrático e da criação de uma nova esfera para o funcionamento da instituição, Capanema sugere a “vinculação da Organização às escolas públicas e privadas existentes” (Ibidem, p. 147). Dessa forma, resolvia-se também a questão da criação de quadros de funcionários a serem instrutores para os jovens, que, para o ministro, era um problema, pela falta de recursos para formar tal equipe, em razão do que se utilizariam os professores que já se encontravam nos estabelecimentos de ensino.

Seguia-se, dessa forma, a vontade do presidente Getúlio Vargas, que era a de fazer da organização juvenil uma instituição de funcionamento simples e barato, sem que para tal projeto precisassem se despender uma grande mobilização de recursos e pessoal, como afirmou o ministro Gustavo Capanema.⁵

Após o período de dois anos de discussões em torno do projeto de mobilização dos jovens, finalmente, em 8 de março de 1940, foi aprovada a Juventude Brasileira, através do decreto-lei nº 2.072, estabelecendo uma instituição que tinha como finalidade dispor “sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude”.

⁵ Documento redigido pelo ministro Gustavo Capanema pesquisado no Arquivo Gustavo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. Fevereiro de 1940, Rolo 52. Foto 296, p. 1.

É fundada uma instituição nacional, que se denominará Juventude Brasileira, destinada a promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria (art. 5º).

Foram privilegiadas a educação física, com a ginástica e os esportes, e a educação moral e cívica, que tinham como função “formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares, e bem assim dar às mulheres o aprendizado das matérias que, como a enfermagem, as habilitem a cooperar, quando necessário, na defesa nacional” (Arquivo Gustavo Capanema, GC 38.08.09 19 FGV/CPDOC. Rolo 52. Foto 289, p. 1).

A educação cívica agiria para disciplinar e formar a consciência coletiva, incentivando o patriotismo e o culto à pátria através dos símbolos. Modelando a “força moral que traça energicamente as normas de conduta para a grandeza de um povo” (Idem), pretendia-se educar para o país, para modificar o pensamento de uma juventude desinteressada pelos problemas nacionais.

O que é interessante ressaltar é o fato de que mesmo que o projeto tenha perdido o caráter militarizante, era de interesse do regime político de Vargas fomentar nos jovens a ideia da importância do serviço militar, pois em uma situação de perigo, essas crianças e jovens deveriam ter a “consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares” (decreto-lei nº 2.072, 1940, art. 2º).

Acerca da educação moral, era visado “incutir nas crianças e nos jovens a confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto da iniciativa, a perseverança no trabalho e a mais alta dignidade em todas as ações e circunstâncias” (Ibidem, art. 3º), cuidando ainda de uma formação que capacitasse esses jovens, de ambos os sexos, para a missão de se tornarem bons pais, capazes de constituírem uma família e de educarem seus filhos de acordo com os ideais da nação.

Outro aspecto que se liga à Juventude Brasileira é o viés eugênico, condensado no ensino da educação física, que visava inserir nos jovens “os hábitos e as práticas

higiênicas”, tendo “por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida” (Ibidem, art. 4º), exibia-se assim, uma preocupação com o “aperfeiçoamento da raça”, aspecto desenvolvido naquele período histórico com as discussões sobre a eugenia, visando criar um país de cidadãos saudáveis.

O incentivo aos esportes também era um meio de desenvolver a prática da educação física, procurando formar “cidadãos perfeitos, moral e fisicamente”, além de mobilizar outros setores da sociedade a contribuírem para o bom funcionamento da Juventude Brasileira. Assim foi o caso de diversos clubes da cidade do Rio de Janeiro, que se envolveram com as práticas do movimento, inaugurando centros cívicos e promovendo conferências sobre a importância do esporte e dos cuidados para com as crianças e os jovens, sendo esses eventos noticiados nos jornais.

Colocada sob “a alta vigilância do presidente da República”, que presidia o Conselho Supremo, deveriam existir nos níveis estaduais, conselhos de coordenação das ações educativas e ficaria a cargo do poder público a criação dos centros cívicos, que eram “estabelecimentos destinados à realização das atividades da Juventude Brasileira”. Os centros cívicos deveriam “possuir um conjunto de instalações próprias ao desenvolvimento das diferentes modalidades de educação a ser dada aos seus filiados” (decreto-lei nº 2.072, 1940, art. 14º).

Os centros cívicos podiam ser extraescolares, mas o mais comum eram as instalações no interior das instituições de ensino, pois nesses espaços deveriam ocorrer, de acordo com o artigo sétimo do referido decreto-lei, uma educação que seria a “base e complemento da educação ministrada pela escola e prolongamento da educação ministrada pela família” (art. 7º), podendo ainda propagar os ensinamentos religiosos, se fosse do desejo dos pais ou dos responsáveis pela Juventude.

Sobre os centros cívicos, embora estivesse no decreto que estabeleceu a Juventude Brasileira que seria dever do poder público a criação desses estabelecimentos, pouco foi feito pelo governo em relação a esse assunto. Muitos centros cívicos foram fundados, mas, na maioria das vezes, pela iniciativa das próprias escolas ou dos estabelecimentos particulares, como foi o caso dos clubes cariocas citados anteriormente, que organizavam a cerimônia de inauguração e notificavam o Ministério da Educação sobre o evento.

O projeto da Juventude Brasileira englobava uma ampla faixa etária, que se iniciava com as crianças de 7 a 11 anos de idade, que integravam a Ala Menor; e a dos jovens de 11 a 18 anos idade, que pertenciam a Ala Maior, sendo obrigatória a participação de todos os alunos matriculados nas escolas do país.

A exaltação dos símbolos era fundamental para a propagação dos ideais que o governo possuía em torno da Juventude Brasileira; assim, as crianças e os jovens participantes prestavam culto à bandeira do Brasil e ao Hino Nacional por ocasião de desfiles, cerimônias e comemorações.

O projeto da Juventude Brasileira previa a adoção de símbolos próprios, como um cântico (que foi criado mediante um concurso), um estandarte, distintivos e uniformes, criados por uma comissão organizadora nomeada pelo ministro Gustavo Capanema.

Os desfiles, que consistiam em exercícios de concentração ou de deslocamento, eram os principais eventos da Juventude Brasileira e mobilizavam os jovens e a sociedade, que iam às ruas para exaltar o país, o regime e o presidente da República.

As formaturas podiam ser classificadas como ordinárias ou extraordinárias, “ordinárias as que se realizarem nos próprios centros cívicos, como exercícios de instrução; extraordinárias, as que se realizarem em público, com o caráter de solenidades” (art. 19).

As formaturas extraordinárias também eram divididas em duas categorias: as gerais, que contavam com a participação de todos os integrantes da Juventude Brasileira e eram realizadas por ocasião de grandes datas comemorativas nacionais; e as parciais, que possuíam um caráter regional, onde apenas uma parcela dos membros tomavam conhecimento do evento.

Os desfiles podiam ocorrer por diversos motivos, nas comemorações das datas nacionais e pelos eventos organizados tanto pelo governo quanto pelos estabelecimentos de ensino por ocasião de alguma festividade ou conferência.

As datas comemorativas eram de extrema importância para a Juventude Brasileira, pois os jovens iam às ruas para desfilarem e mostrarem todo o sentimento de amor à pátria que possuíam, dando prova da “mais nítida, mais cabal e cintilante de suas possibilidades, de sua coesão e de sua força” (*A Noite*, 9 set. 1940, p. 8).

A primeira celebração nacional do ano acontecia no mês de abril, quando eram comemorados o aniversário do presidente Getúlio Vargas e o Dia da Juventude

Brasileira, que coincidiam. Em setembro ocorriam as principais celebrações na semana da Pátria, quando as crianças e os jovens iam às ruas para desfilarem pelo Dia da Raça e pela Independência do Brasil.

Outras datas também eram celebradas pela Juventude Brasileira, como o 10 e o 15 de novembro, respectivamente, o aniversário do Estado Novo e da Proclamação da República. Em outubro, celebrava-se a Semana da Asa, que consistia em uma homenagem à aviação brasileira; e até mesmo o Natal mobilizava os jovens. Essas festividades eram uma “oportunidade para que o povo” avaliasse “o desenvolvimento da ‘Juventude Brasileira’, formada pelos escolares... numa cerimônia de cunho acentuadamente brasileiro” (*A Noite*, 20 out. 1940, p. 3).

Ao analisarmos as imagens dos desfiles da época, sendo em fotografias ou nas gravações dos cinejornais, podemos perceber o caráter militar da organização dos jovens, sempre em fileiras e marchando, portando bandeiras e uniformes, enquanto passavam pelas ruas, exaltando a pátria que aprenderam a amar, também perpetuavam o regime que as ensinou o sentimento que naquele momento carregavam.

Em uma ditadura como foi a do Estado Novo, em que os direitos civis foram cerceados e a mobilização política autônoma era quase nula, esses eventos mobilizavam não somente as crianças e os jovens, eles também eram assistidos por milhares de pessoas.⁶ Entretanto, tal participação acontecia de uma forma controlada pelo governo, já que “as manifestações só poderiam ocorrer sob a ‘tutela’ da ordem política” (CAPELATO, 2009, p. 101).

Em 1942, as ações da Juventude Brasileira se misturaram com as manifestações públicas ocorridas por ocasião da entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial. Do lado do regime via-se nos jovens uma parcela da sociedade a ser mobilizada para apoiar o governo, e os jovens viam na participação do país no conflito mais um motivo para irem às ruas e para organizarem campanhas, ou seja, mais uma forma de participarem da vida política nacional.

A partir desse período, o tom das matérias sobre a Juventude Brasileira voltou-se para a entrada do Brasil no conflito bélico mundial e como os jovens deveriam auxiliar o país em toda e qualquer situação, amando e exaltando a nação, enfim, mostrando que

⁶ A contagem das pessoas que participavam e assistiam os desfiles era feita pelo DIP, conforme o historiador Orlando de Barros em seu texto *Imagens da ‘Juventude Brasileira’*, texto apresentado ao IX Congreso de la Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe (Solar), 2005, p. 3.

os dois anos de existência da instituição juvenil foram frutíferos em prepará-los para aquele momento extremo.

Da parte do governo, tratou-se de intensificar o cuidado com os jovens através do estabelecimento de três decretos-leis relacionados ao movimento, tendo em vista mobilizar a mocidade para que se tornasse mais participativa no período pelo qual o país passava.

De acordo com o historiador Orlando de Barros, Getúlio Vargas e as autoridades responsáveis pela Juventude Brasileira buscaram aperfeiçoá-la para a situação de guerra, assim:

(...) modelando a organização de jovens de modo que se transformasse em um organismo mais ativo, mais abrangente e mais capaz de contagiar a sociedade como um todo, em seu sentimento de patriotismo e fervor nacional, servindo também para estimular a indignação geral diante dos atos de agressão do inimigo, fazendo aceitar as restrições que viriam, caso a guerra fosse declarada, o que de fato aconteceu (BARROS, 2005, p. 3).

O primeiro decreto-lei foi o de número 4.101, do dia 9 de fevereiro de 1942, e era fortemente marcado pela tentativa de direcionar o projeto nos moldes patrióticos e atender para a importância da defesa do nosso país, aspectos ideológicos que vemos em destaque devido à situação beligerante que o Brasil estava prestes a enfrentar.

O segundo regulamento, referente ao ano de 1942, dispôs sobre o ensino militar do Exército, abordando o tema do ensino pré-militar para a Juventude Brasileira, que se tornou obrigatório para os alunos do primário e secundário. A preparação pré-militar compreenderia “a iniciação na técnica do tiro e o ensino das regras de disciplina, noções de hierarquia militar e da organização do Exército” (decreto-lei nº 4.130, 1942, título V), sendo ministrada em Escolas de Instrução pré-militar anexas aos institutos civis existentes.

Por fim, em 5 de dezembro de 1942, Getúlio Vargas assinou o decreto-lei nº 5.045, que criou a Direção Nacional da Juventude Brasileira, órgão encarregado, dentre outras funções, na administração central e na organização das atividades realizadas pelo movimento (art. 1º).

Mesmo antes da declaração de guerra, os jovens já se organizavam em torno do apoio aos aliados e às vítimas dos navios brasileiros torpedeados pelos submarinos alemães e italianos, chegando, em alguns casos, a exigirem a entrada do país no conflito.

Do mês de junho até agosto, período que antecedeu o início da participação brasileira no conflito bélico, algumas manifestações organizadas por estudantes de diversos segmentos de ensino ocorreram no país, como por exemplo, a de um grupo de alunos do Colégio Pedro II que:

No dia 12 de junho de 1942, saiu em visita às redações dos jornais, pedindo para divulgarem a passeata a se realizar no dia seguinte, convidando os alunos dos demais estabelecimentos para se juntarem a eles... diziam querer manifestar o apoio incondicional ao governo Vargas por causa dos torpedeamentos, e que, por isso, estavam confeccionando um grande retrato do presidente com os seguintes dizeres: “Apoiem o nosso Presidente”, “Viva o Estado Novo!” e “Viva o Brasil!” (BARROS, 2009, p. 208).

Ao analisarmos esta iniciativa, tornam-se mais evidentes quais eram as finalidades subjacentes que o governo buscava com a implementação de um projeto como o da Juventude Brasileira: o apoio incondicional da população, manifestações, até mesmo espontâneas, que elogiavam e se colocavam ao lado do chefe da nação e de suas ações, bem como a exaltação ao Estado Novo.

Em outra ação, os alunos dos estabelecimentos de ensino Colégio Plínio Leite, Ginásio Bittencourt Silva, Colégio N. S. das Mercês, Colégio Brasil e Escola Profissional Aurelino Leal, da cidade de Niterói, foram até o Palácio do Ingá, sede da prefeitura da cidade, e foram recebidos pelo comandante Ernani do Amaral Peixoto.

A visita dos jovens teve como objetivo o anúncio da doação da quantia que os alunos haviam apurado para a campanha de compra de um avião para a guerra e que visavam também continuar os auxílios para a aquisição de um caça-submarino, que seria oferecido pelo Estado do Rio de Janeiro à Marinha Brasileira e

comunicaram, ainda, ao interventor federal, a resolução dos que terminam o curso este ano de fazer reverter todas as importâncias que seriam gastas com as formaturas, inclusive o quadro tradicional com os respectivos retratos, em favor da ideia das prefeituras de Niterói, Petrópolis e Campos, patrocinada pelo governo fluminense (*A Noite*, 20 set. 1942, p. 5).

O ano de 1942 apresentou-se como decisivo para o futuro do governo varguista; a Segunda Guerra Mundial, o estreitamento dos laços com os Estados Unidos e a participação do Brasil no confronto ao lado dos aliados representaram o início da desestruturação do viés ditatorial e anti-liberal do regime.

Junto com o Estado Novo, a Juventude Brasileira também teve seu fim no ano de 1945. O decreto-lei que estabeleceu o encerramento de suas funções data do dia 20 de novembro; as movimentações para a entrada do Brasil na guerra criaram um caminho de contestação em favor das liberdades democráticas sem volta para os jovens brasileiros:

Aproximando-se o fim da guerra, um novo quadro desenhou-se no país, com forças políticas se organizando para tomar suas posições no inevitável fim do Estado Novo... nesta altura, a simpatia por Vargas, antes predominante entre alunos e professores, começou a declinar rapidamente, até o ponto de franca oposição (BARROS, 2009, p. 212).

Por meio do estudo da Juventude Brasileira evidencia-se que as ações implementadas durante o Estado Novo, direcionadas à sociedade, visavam abarcar, mobilizar e controlar os setores sociais. A atitude de criar um movimento de arregimentação dos jovens indica a intenção de modelá-los de acordo com os interesses das elites dirigentes.

Por não se tratar de um projeto criado originalmente no Brasil, mas sim de uma manifestação da época estudada, já que diversos países, e não somente os que viviam uma experiência autoritária, fundaram organizações juvenis, acreditamos que a Juventude Brasileira pode ser considerada uma marca da sociedade do período, uma expressão do espírito do seu tempo.

Dessa forma, ela não foi apenas imposta pelo governo, apesar de ter sido estabelecida por um decreto-lei e tornada obrigatória; ela era a resposta que a sociedade desejava para a questão da formação da juventude aos moldes nacionais. Ela atendia ao anseio da sociedade e do governo de cuidar daqueles que seriam o futuro do país, garantindo assim a continuação do Estado Novo e de sua ideologia formadora.

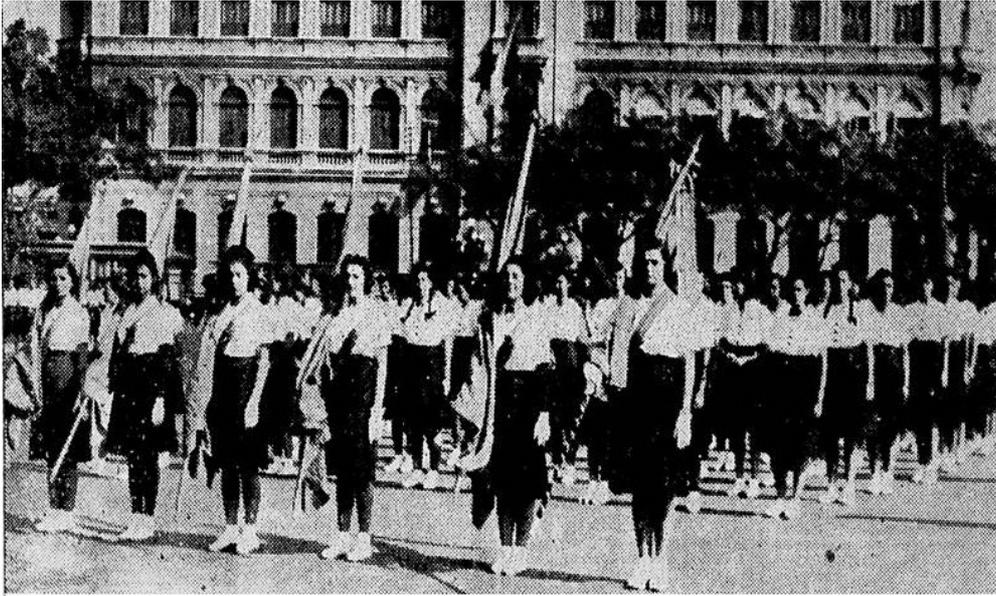
Muito mais do que apenas obrigação, a colaboração no movimento juvenil era apreciada por esses jovens que, além dos desfiles, participavam de conferências e de festividades. Os discursos proferidos por esses alunos nos apontam na direção de que os mesmos estavam de acordo com a ação criadora do projeto e que a “organização da ‘Juventude Brasileira’, um dos maiores atos praticados pelo presidente Getúlio Vargas, no desejo de contribuir para o engrandecimento de nossa pátria e para a defesa nacional” seria “cumprida com devotamento”.⁷

Os jovens perceberam que esse movimento poderia ser um canal de comunicação entre eles e o governo, uma forma que possuíam de se expressarem sobre os diversos aspectos da vida nacional e de se mobilizarem em torno daquilo em que acreditavam.

Imagens de desfiles da Juventude Brasileira

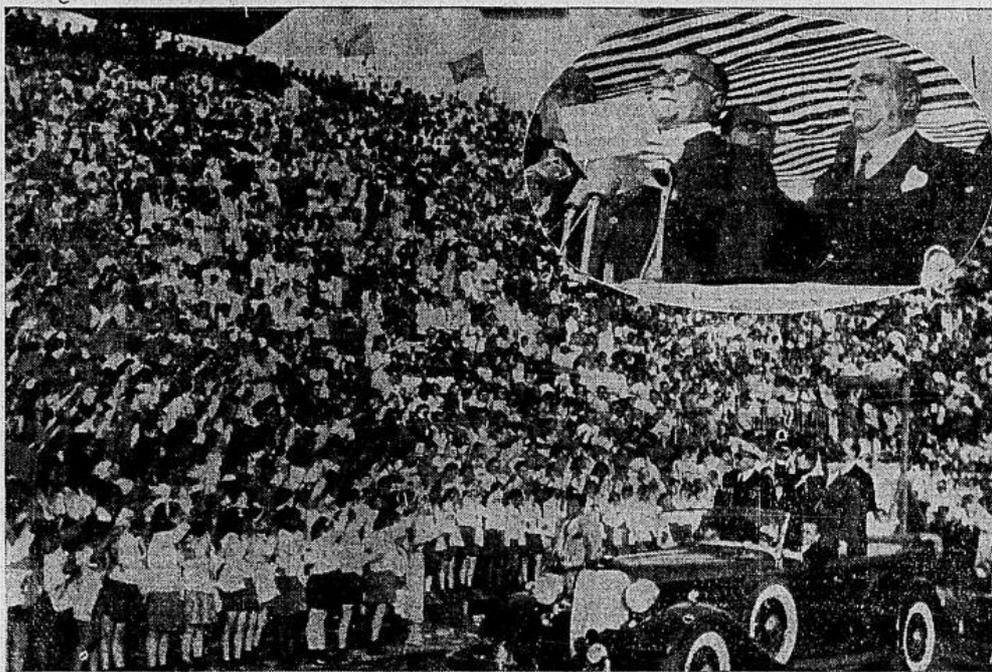
Imagem 1 – *Em toda a Pátria desfila a Juventude!*

⁷ Discurso elaborado e proferido pelas alunas do Instituto de Educação da ocasião da semana de festividades promovida pelo DIP no Palácio Tiradentes. *A Noite*, 5 jun. 1940. ‘Juventude Brasileira’ em plena realização, p. 2.



Jornal *A NOITE*, 4 set. 1940, primeira página. A imagem foi tomada no dia do desfile de comemoração da Semana da Pátria, na cidade do Rio de Janeiro, quando 31 mil jovens participaram do evento, de acordo com o vespertino. No aspecto podemos perceber o posicionamento das jovens, similar à formação militar, além dos uniformes e das bandeiras portadas pelas moças, símbolos da Juventude Brasileira.

Imagem 2 – *As comemorações da maior data da Pátria.*



Jornal do Brasil, 8 set. 1940, em ocasião da Semana da Pátria, a comemoração ocorrida no estádio de São Januário, onde o presidente Getúlio Vargas proferiu um discurso às diversas categorias presentes no evento, dentre elas, as crianças da Juventude Brasileira. A quantidade de crianças e a aclamação que fazem quando da chegada do presidente da República em carro aberto impressionam, no canto superior direito da fotografia, vemos Vargas ao microfone.

Referências bibliográficas

BARROS, Orlando de. *Imagens da 'Juventude Brasileira'*. Texto apresentado ao IX Congresso de la Sociedad Latinoamericana de estudios sobre América Latina y el Caribe (Solar), 2005.

_____. O Colégio Pedro II no Estado Novo. In: CHAVES, Miriam W.; LOPES, Sonia de Castro (orgs.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Edição Ridendo Castigat Mores, 2005. Versão para e-book.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.